

# REDES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE ÀS MÚLTIPLAS FACES DA POBREZA

## *SOCIAL NETWORKS AND PUBLIC POLICIES IN FIGHTING THE MULTIPLE FACES OF POVERTY*

Virgínia Arlinda da Silva Cardoso<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse trabalho trata do tema da pobreza, abordando suas diferentes concepções e interconexões, bem como sua interlocução com a dimensão das políticas públicas locais de inclusão social. Metodologicamente, procurou-se, a partir da pesquisa bibliográfica e estudo de caso, uma problematização teórico-conceitual sobre a pobreza, como categoria analítica multifacetada, discorrendo sobre sua concepção, medição e interconexões, por meio da discussão sobre a dimensão ambiental e familiar, bem como da reflexão acerca das políticas e estratégias de combate à pobreza. A evolução dos enfoques acerca da pobreza passa de uma concepção unidimensional para multidimensional. Nesse cenário, pode-se concluir que as políticas de combate à pobreza devem considerar tanto as necessidades imediatas dos diferentes arranjos familiares e a dimensão de suas redes sociais, quanto devem perceber e vivenciar os programas e ações sociais como direito universal, isto é, como direito de cidadania.

**Palavras-chave:** pobreza, ações sociais, redes sociais.

**ABSTRACT:** *Social Networks and Public Policies in fighting the multiple faces of poverty. This work discusses the subject of poverty, by approaching its different conceptions and interconnections, as well as its interlocution with the local public social inclusion policies' dimension. Methodologically, we looked for a theoretical and conceptual problematization on poverty, from a bibliographic research and case studies, as a multifaceted analytical category, discussing its conception, measurement and interconnections through the discussion of environmental and family dimension, as well as the reflection of*

---

<sup>1</sup> Doutora em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, UFV.

*poverty policies and its reduction strategies. The evolution of approaches about poverty passes through a one-dimensional conception to a multidimensional. In this scenario, it can be concluded that the poverty reduction policies should consider both the immediate needs of different family arrangements and the dimension of their social networks, as perceived and experienced programs and social actions as a universal right, that is, as a citizenship right.*

**Keywords:** *Poverty, Social actions, Social Networks.*

## **INTRODUÇÃO**

A pobreza entendida como situação social marcada pela vulnerabilidade tem se imposto como questão central do debate público e tem sido objeto de um conjunto de intervenções governamentais com vistas à proteção e seguridade social.

Esse trabalho trata do tema da pobreza, abordando suas diferentes concepções e interconexões, bem como sua interlocução com a dimensão das políticas públicas locais de inclusão social. Para tanto, apresenta a experiência do Programa Minas sem Fome (PMSF), como alternativa de política social de combate à pobreza e conquista da cidadania; considerando-se, assim, que a superação da pobreza envolve fatores econômicos quanto sócio-culturais, ambientais e políticos.

Reconhece-se que a pobreza, nas suas diferentes dimensões, tem sido objeto de debates acadêmicos, políticos e sociais. Segundo Marques (2009), por um longo período, a ênfase da literatura e das políticas de combate à pobreza esteve pautada em atributos pessoais dos indivíduos e das famílias, sendo os processos e elementos sociais entendidos apenas como constrangimentos à inserção dos indivíduos. Embora outras dimensões tenham sido incorporadas ao longo do tempo, uma parte importante das políticas públicas ***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

continua orientada por esse viés individualista; ou seja, por perspectivas atomistas, que vêem a pobreza como simples resultado de atributos individuais, comportamentos e decisões pessoais.

A compreensão “atomista” da pobreza, explicada pela hegemonia de uma visão economicista, calcada nos elementos da existência ou a inexistência de rendimentos monetários ou, no máximo, de ativos individuais, embora essencial, é vista como insuficiente para a compreensão da problemática da pobreza no mundo contemporâneo e para o seu enfrentamento pelas políticas públicas. Ou seja, pressupõe-se como necessário a incorporação do efeito de processos coletivos e sociais sobre situações de privação, por meio de uma abordagem relacional e política da pobreza.

Outra dimensão é das relações sociais, elementos coletivos cuja principal característica para os estudos da pobreza é conectar os indivíduos a estruturas mais amplas. É justamente por ser um importante elemento para o estudo do fenômeno da pobreza rural, fundamentadamente por estabelecer relações com a segregação espacial e com o acesso às estruturas de oportunidades, bem como por permitir identificar e analisar padrões nos processos de interação social, possibilitando a observação de mudanças ocorridas ao longo do tempo, que se optou neste estudo, por utilizar a análise de redes sociais, que foca-se na investigação de atributos, dos padrões de relações e das condicionantes e consequências das redes pessoais, pois se fundamenta no princípio de que os fenômenos relacionais podem contribuir para o melhor esclarecimento das condições de pobreza e da reprodução dos padrões de desigualdade social no Brasil (SOARES, 2008).

Dentro dessa perspectiva e com o crescente interesse por parte do setor público em acabar com a fome

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

e a pobreza no país, além de promover a interação e fortalecimento das redes sociais locais, o governo mineiro aparece como protagonista de uma política pública que busca viabilizar ações de inclusão produtiva aos agricultores familiares, com vistas à promoção da segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida dessa população. Tal política é uma iniciativa apoiada na “Estratégia Fome Zero”, sendo denominada “Programa Minas Sem Fome” – PMSF.

Tendo em conta as conexões entre pobreza, segregação espacial e estrutura de relações, o presente estudo objetivou analisar o processo de implementação do PMSF no município de Viçosa/MG, considerando seus reflexos na qualidade de vida dos beneficiários, no que tange ao processo de empoderamento do grupo por meio do estudo das redes sociais em que estes atores estão envolvidos.

Partindo do enfoque da pobreza como um conceito multidimensional, buscou-se discutir o acesso dos indivíduos a bens e serviços por meio de políticas de segurança alimentar;

Analisar as redes sociais presentes no contexto do grupo, estabelecendo suas relações tanto com o fenômeno da pobreza, quanto no empoderamento dos atores por meio das interações coletivas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A preocupação com as desigualdades e com a pobreza se iniciou nos países desenvolvidos no período pós-guerra, quando o foco direcionou-se para outras situações de privação em que as questões de sobrevivência não estavam mais em jogo. Neste contexto, a pobreza passou a ser definida como a situação na qual as

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.*

necessidades não são atendidas de forma adequada. Sob tal perspectiva a pobreza só pode ser entendida como um conceito socialmente construído e historicamente definido (ROCHA, 2005), ou seja, associada a patamares de direitos estabelecidos em cada sociedade, nos seus diferentes momentos de desenvolvimento.

Nas últimas décadas, têm surgido novos enfoques, possibilitando uma mais ampla compreensão sobre o fenômeno da pobreza, que a situam no marco das relações sociais de sociedades específicas, que se cristalizam em instituições e que dão lugar a direitos. A inclusão dos direitos e as instituições constituem um dos aportes mais significativos na literatura recente sobre o combate da pobreza. A consideração sobre a questão dos direitos e instituições reside no fato de que a explicação deste fenômeno não está somente na insuficiência de renda ou de ativos, mas de que não seja possível o exercício dos direitos sociais, culturais ou políticos, devido à ação de certos grupos, por meio da exclusão política e institucional. Os direitos representam o domínio que os indivíduos/famílias têm sobre o acesso, uso e controle sobre os recursos, que são regulados pelas instituições.

Entretanto, não basta a Constituição garantir os direitos civis, políticos e sociais, enquanto perdurarem diferenças sociais, desemprego, bolsões de pobreza e miséria, bem como disparidades de renda. Com efeito, a liberdade (como estado) e a igualdade (como relação estabelecida entre pessoas, em termos ontológicos, de oportunidades, de condições e de resultados), que constituem os valores fundamentais nas democracias modernas, não têm se concretizado em sua plenitude, uma vez que os Estados Nacionais mantêm compromissos históricos com segmentos sociais privilegiados, que lhes proporcionam sustentação política. Assim, em pleno

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

século XXI, o Estado mostra-se incapaz de promover a tão esperada emancipação social e a plena cidadania, por meio das políticas sociais (SCHWARTZ; NOGUEIRA, 1999)

Na visão de Miotto (1997), no Brasil, as políticas sociais não têm conseguido alterar o quadro de pobreza e exclusão social, uma vez que as famílias vulnerabilizadas encontram-se impossibilitadas de criar condições para sua promoção, tornando-se tuteladas quase que permanente dos programas de assistência social, cujo foco de atenção é centrado, principalmente, no “problema” do indivíduo e não na “emancipação” da família; fazendo com que as atuais políticas sociais sejam fragmentadas e limitadas.

Nessa perspectiva, como destaca Britto (2007), a pobreza e a vulnerabilidade se agravam, considerando a experiência de uma política de assistência social focalizada; na perspectiva dos mínimos sociais de sobrevivência; e também, a visão tuteladora, não garantindo aos sujeitos e famílias sua participação e cidadania através da experiência de igualdade e de justiça social. Assim, é necessário superar a abordagem conservadora do “indivíduo problema”, bem como o trabalho com a “situação problema”, fazendo com que a família seja a unidade de atenção para a elaboração das políticas de combate à pobreza, com vistas à efetiva integração social, que designa a passagem das pessoas das situações de exclusão para as de inserção e inclusão social e, portanto, de cidadania.

Para tanto, torna-se necessário uma mudança de paradigma de ação, ou seja, ações pontuais e isoladas precisam dar lugar a novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, em uma configuração de redes horizontais de cooperação, que possibilitem maior intercâmbio e eficácia na implementação de

políticas sociais, para que o processo de desenvolvimento seja mais incluyente e emancipatório.

Dentro deste enfoque, são necessários políticas e programas sociais que extrapolam a esfera institucional burocrática, clientelista e segmentada, visando à construção de sujeitos ativos, baseado em uma proposta de sociabilidade; sendo, portanto, a família um espaço para trabalhar a construção de “cidadania nova”. Além disso, em face ao pressuposto de que as pessoas pobres sabem, mais do que ninguém, analisar a própria realidade, vem ganhando evidência o uso de métodos e técnicas qualitativas e participativas, que visam apreender a visão e definições dos pobres sobre suas condições de pobreza e sobre o que é necessário fazer para minimizar a situação de vulnerabilidades e riscos sociais; fazendo emergir a partir daí outra compreensão de fatores, dimensões e processos que criam e reproduzem a pobreza em condições, lugares e tempos específicos (CARNEIRO, 2005).

Na percepção de Martinho (2006), essa estratégia implica em disseminar a capacidade de fazer política e democratizar o poder, de forma a ampliar a base dos agentes decisores; e, além disso, a horizontalidade deve ser uma espécie de exigência do sistema para que ocorra um maior grau de empoderamento dos atores. Nesse contexto, depreende-se que o modo de operar em rede pode oportunizar ambientes propícios para a ocorrência do processo de empoderamento dos grupos vulneráveis, uma vez que as mesmas constituem-se numa forma de organização que implica em um conteúdo de natureza emancipatória. Assim, toda forma de atenção e/ou intervenção no grupo familiar deve levar em conta sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social,

além de seus recursos simbólicos e afetivos, isto é, suas redes sociais.

De acordo com Ribas (2010), o trabalho em rede cria relações que se antepõem à cultura baseada nos vínculos de dependência e na tradição hierárquica e clientelista, pois favorece a formação de uma cultura da participação, da cooperação, da co-responsabilidade, mas também da autonomia. Em suma, uma rede é um processo de captação, articulação e otimização de energias, recursos e competências, capaz de favorecer não apenas o desenvolvimento das pessoas e das entidades, mas também o da comunidade mais ampla (ou seja, do espaço público), tornando-se, portanto, um instrumento de construção da cidadania democrática.

Além disso, o caráter sobreposto das vulnerabilidades e riscos sociais demanda ações amplas e integradas, que possam contemplar a multidimensionalidade do fenômeno da pobreza. Ou seja, para enfrentar fenômenos multicausais, por meio da articulação de ações focadas no desenvolvimento integral das pessoas, em diversos âmbitos, é necessário um *pool* de medidas diferenciadas, o que acaba por exigir a execução de ações, na perspectiva da intersetorialidade, que busca superar a desarticulação entre as diversas políticas.

Entretanto, no Brasil, muitas entidades sociais ainda são herdeiras de uma cultura assistencialista e possuem um estilo de atuação mais baseado no esforço individual do que no trabalho em redes, por meio de uma cooperação interinstitucional e intersetorial. Reconhece-se que a utilização da intersetorialidade representa um desafio, uma vez que envolve uma nova institucionalidade na gestão das políticas sociais, isto é, toda uma mudança na cultura e estrutura organizacional, bem como no mecanismo da destinação dos recursos, além de um

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

trabalho em redes, que devem ser identificadas, no momento do diagnóstico, para verificar a perspectiva de uma complementaridade e fortalecimento das ações, em um determinado setor ou segmento a ser atendido.

Furtado e Vale (2009) discutem a esse respeito, ressaltando que, na perspectiva de intersetorialidade e territorialização, todos os recursos e serviços são dispostos nas redes socioassistenciais, que representam um conjunto integrado de ações (públicas e da sociedade), que podem promover o atendimento às necessidades humanas básicas na perspectiva da garantia dos direitos sociais. Precisa-se aprender a trabalhar as informações e aprender a socializar o conhecimento, trabalhando não somente no campo das necessidades, mas também dos direitos sociais, no sentido de defender as políticas sociais, fazendo-as transitar da ótica privada da administração das urgências e carências, para o espaço público de afirmação dos direitos sociais.

Segundo Radomsky e Schneider (2007), é pouco provável que se encontre na Sociologia Contemporânea um conceito tão propício para referir-se às mudanças societárias quanto às redes. A emergência e a rápida difusão do conceito podem ser explicadas pelas seguintes razões: desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informática, bem como à valorização das relações entre as pessoas. Como comenta Castells (2007, p. 497), a dinâmica de cada rede em relação à outra constitui fonte crucial de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, pode-se apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social.

Nesse sentido, como destacam Fazito e Soares (2010), o foco do estudo das redes não deve recair sobre indivíduos isolados, mas sobre sistemas interativos de relações, em um contexto estrutural, considerando as

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

interações entre diferentes dimensões (micro, meso e macro) e definindo suas regularidades e propriedades estruturais.

Wassermann e Faust, apud Sílvia Portugal (2010), identificaram quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais, que são: a) os sujeitos e suas ações são vistos como interdependentes; b) os laços relacionais entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos materiais e humanos; c) os modelos de redes concebem as estruturas de relações como meios, que podem configurar oportunidades ou constranger as ações individuais; d) os modelos de redes conceituam a estrutura de relações entre os atores sociais.

Amaral (2010) trabalhou a perspectiva de redes, ao considerar que todos os que vivem em sociedade estão, de alguma forma, fazendo parte de um espaço público, de uma relação, de uma rede. A rede de relações é inerente às atividades humanas, estando presente em todas as relações significativas que uma pessoa estabelece cotidianamente ao longo da vida.

Assim, na sociedade em redes, destacam-se as famílias que, com seus diferentes arranjos, são vistas como uma das principais redes de apoio e solidariedade, visto que se constituem como primeiro local de socialização do sujeito. Acosta e Vitale (2007 p. 134) comentando a esse respeito afirmam: “por mais precarizadas, vitimadas, vulnerabilizadas que se encontrem as famílias em situação de exclusão, há certamente iniciativas de resistência, há desejos de reconstituição ou de manutenção de vínculos e envolvimento afetivos; há enfim, esperança de garantir na família o espaço de proteção”.

Leite *et al.* (2004) comentam que as famílias e as redes de vizinhança são as bases sobre as quais se constroem as relações de sociabilidade nos assentamentos

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

rurais. Desta forma, pressupõe-se que os laços de parentesco existentes entre as famílias assentadas, podem ser importantes para a construção da identidade com o lugar e, conseqüentemente, podem contribuir para a permanência das famílias no mesmo. Radomsky (2006) comenta a esse respeito ao afirmar que as relações de parentesco são de suma importância para os camponeses e seu modo de vida. Ou seja, entre os camponeses, as relações de proximidade se constituem como as mais importantes para a sociabilidade, sendo elas tanto de parentesco quanto de amizade, porque muitos dos grupos de aliança são construídos localmente, contribuindo para o estabelecimento de redes locais e, portanto, para a provisão de recursos.

Outra pesquisa que destaca essa característica das redes sociais é a de Radomsky e Schneider (2007, p.254), que discutem o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos de desenvolvimento, considerando que as trocas não representam somente permuta de produtos, mas carregam a potencialidade da sociabilidade humana, que fundamenta a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuas. Concluem que o conjunto de relações em rede é responsável pelo dinamismo do mercado de trabalho e pela diferenciação da economia local, uma vez que existe uma externalidade positiva quando a intensidade dos laços sociais de proximidade auxilia na promoção de sinergias locais entre os atores sociais. Ou seja, as ações de reciprocidade no tecido social (“dar, receber, retribuir”), pautadas nas relações de proximidade entre os atores sociais, que estão ligados por características diversas (parentesco, amizade, confiança e identidade), são fundamentais quando o capital econômico é escasso, isto é, em situações de precariedade e de pobreza.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

Assim, corroborando com Barnes (1987), que definiu rede como um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros, as redes são constituídas como resultados de estratégias; sendo, portanto, recursos dos indivíduos, mediadas por esquemas simbólicos e culturais.

O papel das redes na provisão de recursos é discutido por Bourdieu (1998), quando as relaciona com o capital social. Considera-se que, no modelo de rede social, o sentimento de confiança mútua entre os indivíduos que compõem as redes é, sem dúvida, o elemento chave para a consolidação das comunidades pessoais ou das redes sociais, reconhecendo uns nos outros, suas habilidades, competências, conhecimentos e hábitos.

Na visão do referido autor, as redes sociais são construídas através da comunicação e de estratégias de investimento nas relações sociais a fim de alcançar fontes de benefícios, sejam emocionais, operacionais e financeiros Além disso, destaca a importância do capital social para o sucesso nessas conexões, onde, o capital social é visto como um bem social em virtude das conexões dos atores envolvidos e das redes da qual fazem parte, que se referem diretamente às conexões entre os indivíduos. Como ressalta Marques (2009, p.476): o capital social se refere às redes de relações sociais que podem proporcionar aos indivíduos e grupos o acesso a recursos e apoio. Destaca também o localismo nas redes pessoais em situação de pobreza, uma vez que a maior parte dos vínculos dos pobres é com pessoas da própria comunidade, estando mais presentes os vizinhos e os parentes

Esse localismo interfere na ativação do capital social e, portanto, na melhoria da qualidade de vida, como constatou o estudo de Loreto *et. al* (2010), que analisou o

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

papel das redes sociais das famílias do assentamento Cuiabá/SE, na provisão de recursos e satisfação das necessidades básicas, chegando à conclusão que a ativação da rede de íntimos não foi suficiente para criar oportunidades sociais. Consideraram de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida das famílias a formação e internalização do capital social; ou seja, é necessário um aumento da proximidade social com as instituições locais, por meio do estabelecimento de relações coletivas organizadas, aprimoramento das redes de solidariedade e relações generalizadas de reciprocidade, em um processo de gestão social pautado na cooperação e confiança mútua, que promova o desenvolvimento local. Dessa forma, como apontado por Pavez (2006), o localismo afasta espacialmente os grupos mais pobres, reduzindo o contato com outros grupos sociais.

Castells (2007) afirma que os laços sociais mais amplos, colocados em posições estratégicas, facilitam as oportunidades, auxiliando de maneira considerável na aquisição de possibilidades de acesso aos recursos disponíveis através dessas redes. Em sua pesquisa, dá importância à estrutura das redes e as estratégias adotadas na mobilização de recursos e oportunidades que seus membros atuam de acordo com suas necessidades, pois as escolhas de cada sujeito estão condicionadas aos contextos sociais em que estão inseridos: trabalho, família, residência, padrão de comportamento, escola e outras instituições, dentre outros.

Nesse contexto, existe uma tipologia de rede adequada para cada história, que possibilita abrir ou fechar possibilidades aos sujeitos/famílias envolvidas, principalmente em situação de vulnerabilidade e de riscos sociais. Marques (2009) comenta a esse respeito, evidenciando a necessidade de incorporar o efeito de

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

processos coletivos e sociais sobre situações de privação e pobreza. O referido autor analisou as principais características das redes sociais de indivíduos em situação de pobreza, os seus condicionantes e as implicações dos padrões de relação dos indivíduos para as situações de pobreza urbana; pressupondo que tanto a construção dos atributos individuais quanto das redes sociais se dá de forma concomitante e imbricada ao longo das trajetórias de vida das pessoas, influenciando o processo da pobreza. Constatou-se, para o grupo dos mais pobres, onde a segregação espacial tende a criar isolamento social, que as redes, de preferência de padrões de sociabilidade mais locais e baseados em vínculos primários (basicamente família, vizinhança e amigos), podem ajudar a reduzir a exclusão social.

Assim, a adoção de uma perspectiva relacional não pretende negar a importância das chamadas condições econômicas objetivas e dos comportamentos individuais; mas entende que a integração da sociabilidade e das redes aos constrangimentos econômicos e às escolhas individuais permite avançar para a superação da dicotomia entre estrutura e ação, que marca a maior parte das interpretações sobre o tema.

Nesse sentido, o avanço na compreensão da pobreza envolve um certo olhar sociológico, que traga as relações para o centro da análise, considerando tanto os atributos quanto os elementos sociais de natureza coletiva e supraindividual, bem como os processos extra-econômicos na produção e na reprodução da pobreza. No contexto dessa perspectiva relacional, a pobreza não seria vista apenas como uma questão de reprodução econômica, mas de integração social e de pertencimento. Nesse caso, as redes seriam exploradas como elemento importante na promoção tanto de coesão

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

social (*bonding*) quanto na construção de conexões e de integração social (*bridging*), conforme destaca Briggs (2001). O primeiro efeito pode auxiliar na produção de identidades, na sensação de pertencimento e na construção de controle social comunitário. Por outro lado, o segundo efeito tem reflexos sobre a integração social, a redução do isolamento e construção de padrões de sociabilidade, com trocas e integração mais intensa entre grupos sociais específicos. Ou seja, as redes sociais produziram potencialmente coesão e integração (MARQUES, 2009, p.476).

Assim, as redes sociais devem ser incorporadas necessariamente aos nossos modelos explicativos da reprodução da pobreza, se pretendemos considerá-la de forma relacional e multidimensional. Estudos brasileiros e internacionais, como os de Pavez (2006) e o de Policy Research Initiative (2005), mostram como as redes podem melhorar a efetividade das políticas públicas e, em especial, de combate à pobreza, por meio da incorporação e ação sobre elas, compreendendo de forma mais detalhada os padrões de sociabilidade que cercam os indivíduos; bem como os elementos coletivos produzidos em suas teias de relações, isto é, como elementos característicos do capital social (confiança mútua e civismo) são gerados e produzidos pelas redes de relações.

Como destaca Carneiro e Costa (2003), o trabalho em redes é a maneira mais eficiente de viabilizar a flexibilização dos programas e projetos às diferentes situações e contextos concretos de pobreza e exclusão social, porque possibilita a mobilização e articulação dos recursos e serviços necessários à proteção dos segmentos vulneráveis ou em situação de risco.

Furtado e Vale (2009) concluem que, no processo de intervenção, a rede social é construída por meio do

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

conhecimento das famílias e seus contextos (comunidade e território), suas aspirações, seus problemas e suas expectativas, bem como por meio do convívio (viver com, estar em sintonia, saber perceber e entender), respeitando e validando crenças, saberes e o querer da família e da comunidade. É um processo capaz de oportunizar a ajuda mútua, a co-construção, ou seja, uma vivência de cooperação entre indivíduos, famílias e comunidade, para o enfrentamento dos limites e desafios da intervenção social.

A aplicação de políticas em prol dos pobres e do meio ambiente requer tanto câmbios conceituais quanto operacionais, além de políticas mais concretas. A ocorrência de um quadro de sociabilidades flutuantes e desestabilizadas fez com que a pobreza assumisse caráter prioritário no âmbito das políticas públicas, e, em especial, a política de segurança alimentar. A pobreza e a fome que sofrem milhões de pessoas constituem um problema sociológico e político, que afeta os direitos fundamentais das pessoas, devendo ser assumido pela sociedade em seu conjunto. As possibilidades das famílias de alimentação e nutrição constituem determinantes do desenvolvimento humano, porque garantem a segurança existencial das pessoas e potencializam suas capacidades biológicas, cognitivas, emocionais e sociais

Para Lima (2002), questões, como a fome e a pobreza, são determinantes da vulnerabilidade social brasileira. Embora essas duas vertentes não sejam sinônimas, segundo o autor, a fome é o aspecto mais evidente da pobreza; desse modo pode-se dizer que a fome e a pobreza são aspectos associados a uma mesma realidade, ou seja, são frutos de regiões marginalizadas do processo de desenvolvimento. O fenômeno da fome relaciona-se não só à produção de alimentos e expansão

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

agrícola, mas também ao funcionamento de toda uma economia e, até mesmo mais amplamente, com a ação das disposições políticas e sociais que podem influenciar, direta ou indiretamente, o potencial das pessoas para adquirir alimentos e obter saúde e nutrição.

Segundo Takagi (2006), um fato que contribuiu para a persistência da fome e da pobreza no Brasil foi a escassez de políticas públicas voltadas para tais questões. Atualmente essa realidade se apresenta bem diferente, principalmente a partir de 2002, quando a maioria das políticas e propostas, tanto governamentais quanto privadas, têm objetivado o combate à pobreza e à exclusão social. A maior delas, com maior cobertura de ação, foi a Estratégia Fome Zero, lançada em 2003, pelo governo federal. Tal estratégia entende que a questão da fome no país possui três dimensões fundamentais: a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora; a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população, e a fome da parcela da população pobre excluída do mercado de alimentos; muitos dos quais trabalhadores desempregados ou subempregados, idosos, crianças e outros grupos carentes (SILVA et. al., 2010).

Autores, como Freitas e Nucci (2008), acreditam que políticas diretas de segurança alimentar e combate à fome devem ser adotadas de forma que estas forneçam os meios básicos para a sobrevivência das famílias sem condições econômicas, mas, ao mesmo tempo, criem mecanismos dinâmicos em outras áreas da economia, como a produção e a distribuição de alimentos, servindo, também, como mecanismos educativos para libertação da dependência destas políticas específicas.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

Dentro dessa perspectiva, o governo mineiro aparece como protagonista de uma política pública que busca viabilizar ações de inclusão produtiva aos agricultores familiares, com vistas à promoção da segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida dessa população. A política em questão é uma iniciativa apoiada na “Estratégia Fome Zero”, sendo denominada “Programa Minas Sem Fome - PMSF”. O PMSF pode ser descrito como um conjunto de políticas públicas criado para combater a fome e as suas causas estruturais, que geram exclusão social, tendo como objetivo principal criar condições para que todas as famílias mineiras possam se alimentar com regularidade, quantidade e qualidade necessárias à manutenção de sua saúde física e mental. (EMATER, 2010).

O traço característico do programa, implantado no Estado de Minas em 2004, é a busca pela inclusão produtiva, como forma de superar o quadro de pobreza e insegurança alimentar no Estado, por meio de ações voltadas principalmente para a população rural e das periferias urbanas, com vistas a possibilitar o desenvolvimento comunitário rural, por meio da inclusão ao processo produtivo e aos mercados locais e regionais, com a promoção de projetos de produção de alimentos, diversificação econômica e de geração de ocupação e renda (BRASIL, 2004). Tal fato se deve ao entendimento da questão da pobreza, sustentada por uma perspectiva coletivista, contrapondo-se ao individualismo que marca o modelo assistencialista. Com vistas ao exposto infere-se que a pobreza é vista pelos implementadores dessa política como algo multidimensional, onde a falta de alimentos é apenas um dos fatores que comprometem a superação desse quadro de vulnerabilidade e exclusão social.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa assumiu um caráter descritivo-exploratório, dentro de um contexto de estudo de caso, considerando que o mesmo permite uma análise mais aprofundada e completa acerca do objeto de estudo, de maneira que seja possível um conhecimento amplo e detalhado sobre sua realidade cotidiana.

O local de estudo compreendeu o município de Viçosa/MG, pertencente à região de mesmo nome e à mesma região da Zona da Mata mineira. De acordo com o censo demográfico, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), o município de Viçosa conta com uma população total de 74.171 habitantes, predominantemente urbana.

Como unidade de análise foi selecionada a comunidade da Violeira, pelo fato de a mesma ser atendida pelo Programa Minas Sem Fome, implantado em Viçosa/MG em 2004, além de ser o local onde está implantada uma padaria artesanal, contemplada pelo programa, o que possibilita a obtenção de dados mais concretos acerca dos resultados já alcançados.

Participou do estudo um grupo de 16 indivíduos que produzem pães caseiros de forma coletiva e que são membros da padaria artesanal denominada “Mãos de Fibra”. Este projeto é uma parceria entre a associação comunitária local, a prefeitura e a EMATER, contando com recursos do PMSF.

Para o alcance dos objetivos propostos foram adotados os seguintes procedimentos:

a) Para caracterizar o contexto produtivo e social do grupo da padaria e conhecer sua estrutura organizacional, procedeu-se à observação direta das atividades desenvolvidas, tanto individuais, quanto

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.*

conjuntamente. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas, a fim de compreender a lógica da ação e identificar as motivações que levaram cada um a agir de determinada forma para a obtenção do resultado final.

b) Para analisar o PMSF, em termos de suas implicações no empoderamento e qualidade de vida das unidades familiares estudadas, foram feitas observações diretas e entrevistas com o grupo da padaria. Estes depoimentos foram confrontados com os documentos existentes acerca dessa temática, o que permitiu traçar o panorama de ação do programa no grupo em estudo e, conseqüentemente, no núcleo de suas respectivas famílias.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O PMSF está amplamente difundido no Estado, sendo 776 municípios atendidos pelo programa dos 853 existentes, correspondendo a 94% dos municípios mineiros (BRASIL, 2004). No município de Viçosa, o PMSF vem atuando desde o ano de 2004, com ações voltadas, principalmente, para a distribuição de kits com mudas, sementes e fertilizantes, além do apoio a projetos comunitários, como é o caso da Padaria Artesanal “Mãos de Fibrá”.

A padaria, implantada na comunidade da Violeira, zona rural da cidade de Viçosa/MG, congrega, não só iniciativas referentes à segurança alimentar, mas também aspectos concernentes à melhoria da qualidade de vida, preservação ambiental e ativação de redes de solidariedade. O referido projeto é pioneiro na microrregião de Viçosa e alia esforços de diversos atores sociais, dentre eles o grupo que faz parte da padaria, a

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

Empresa Técnica e Extensão Rural – EMATER/MG, a Universidade Federal de Viçosa e a Prefeitura Municipal.

A realidade da padaria artesanal começou a ser desenhada em maio de 2004 quando um grupo de agricultores familiares, na sua maioria mulheres, residentes nas comunidades do Buieié, Zig-Zag, Estação Velha e Violeira, se reuniram para formar uma padaria comunitária, com o objetivo de encontrar alternativas de acesso aos alimentos e geração de renda para a provisão de suas famílias.

Tal iniciativa foi crescendo lentamente, com a agregação de mais pessoas, conforme a disponibilidade de tempo para atuar em todos os processos da padaria e a realização de capacitações em Boas Práticas de Produção, a fim de manter a qualidade dos produtos.

A forma pela qual esse grupo foi organizado, para a fundação de um empreendimento comum, nos remete à Gaiger (1999), que traz para a discussão acadêmica as práticas solidárias exercidas por diferentes grupos. Ou seja, a padaria artesanal “Mãos de Fibra” caracteriza-se como empreendimento cooperativo e solidário, diferenciando-se de empreendimentos essencialmente mercantis. Essa ação explicita uma série de transformações no foco dos padrões de consumo no sentido da quantidade para a qualidade, destacando-se as especialidades. As quantidades comercializadas são pequenas, os produtos são diferenciados e têm alto valor agregado.

Na pesquisa em questão, as relações solidárias evidenciadas no processo de estruturação do trabalho no interior da padaria, foram marcantes no modo de trabalho cooperativo entre compra de insumos, limpeza e higienização da padaria, confecção das etiquetas e das

listas de clientes, produção dos pães, embalagem e entrega.

As atividades de produção são realizadas por todos os membros do grupo, já as atividades de compra de insumos, confecção das etiquetas e das listas de clientes são desenvolvidas por membros específicos devido à maior habilidade e pelo poder dado a eles pelos membros do grupo para que pudessem realizá-las.

O grupo possui regras que se referem aos hábitos, normas e convenções, que restringem ações e interações no interior do sistema de atividades. Nesse caso, observou-se que as regras existentes centram-se principalmente no princípio da cooperação, em que cada membro do grupo ajuda o outro na consecução da atividade que ele está realizando, para que ela seja realizada o mais rápido possível, sem sobrecarregar os sujeitos. Porém, há de se ressaltar que, mesmo havendo essa “cooperação”, existe uma hierarquia, em que certos membros detêm a função de realizar atividades específicas e os demais, que atuam na consecução dessa atividade, exercem a função de ajudantes.

Essa divisão do trabalho remete à forte rede social na qual esse grupo está inserido, uma vez que o mesmo apresenta meios de realizar atividades de modo cooperativo, adaptar a produção às situações contingenciais e superar as eventuais dificuldades, com vistas ao alcance de um objetivo comum, que é a produção.

Em casos de imprevistos, o grupo recorre, não só aos seus membros, mas a uma série de redes de afinidade e relacionamento que possuem para sanar tais dificuldades. Dentre elas, destacam-se: as famílias do grupo, a igreja, os estudantes e professores da UFV, e os técnicos locais da

EMATER, que oferecem suporte, tanto técnico, operacional, quanto emocional para o grupo.

Tais circunstâncias corroboram Wolf (2003) ao desenvolver a ideia de que, nas sociedades complexas, as estruturas informais, paralelas às burocráticas, podem ser tão centrais que essas alianças entre parentes, amigos e pessoas de confiança se tornam o fundamento que possibilita a criação e manutenção de empreendimentos comerciais.

Marques (2009), em seu estudo sobre os efeitos das redes sociais dos indivíduos em situação de pobreza, alertou para esse fato ao afirmar que as redes sociais podem ser exploradas como elemento importante na promoção tanto de coesão social, quanto na construção de conexões e de integração social. O primeiro efeito pode auxiliar na produção de identidades e de sensação de pertencimento. Por outro lado, o segundo efeito tem repercussões sobre a integração social, a redução do isolamento de grupos sociais específicos e formação de padrões de sociabilidade, com troca e integração mais intensa entre os grupos.

Assim, no caso da padaria, acontece uma combinação de confiança nas relações de parentesco ou proximidade, e dádiva mútua entre os atores envolvidos com o empreendimento e os membros da padaria, na forma de capital, trabalho e conhecimento para manter a padaria, uma vez que apenas os recursos do PMSF não são suficientes para suprir todas as necessidades do grupo. Enfim, é no trabalho coletivo, na associação com conhecidos ou parentes, que a padaria artesanal “Mãos de Fibra” vem se estabilizando ao longo do tempo.

Quanto ao funcionamento, a padaria conta semanalmente com uma produção média de 50 pães, sendo o pão integral seu carro chefe, que é destinado ao

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

comércio e ao consumo familiar, pois cada integrante do grupo recebe, ao final da produção, dois pães para suas famílias. Além da produção semanal, atualmente o grupo vem expandindo seu campo ao firmar contratos com a Universidade Federal de Viçosa para prestação de serviços em eventos, tais como, palestras, workshops, encontros, dentre outros. A diversificação do cardápio contribui para a expansão dos conhecimentos técnicos do grupo, uma vez que os mesmos têm a oportunidade de trabalhar com outros tipos de ingredientes e receitas.

Desta forma, a inovação social está baseada, também, no potencial dos indivíduos e consiste em um processo de aprendizagem visando à aquisição de conhecimentos, a modificação de representações, e um novo aprendizado da cooperação.

Por outro lado, a renda arrecadada com a prestação de serviços já representa um aumento significativo nos rendimentos do grupo, gerando no público pesquisado uma maior motivação, interesse e desejo de ampliar o negócio. Além desses aspectos, o maior tempo que o grupo permanece unido em prol de um objetivo comum fortalece a amizade e o companheirismo, evidenciando relações de reciprocidade, que redundam em confiança, sentimento de pertencimento, empoderamento dos sujeitos e confiança neles mesmos.

Esses fatos são importantes, uma vez que um indivíduo sozinho talvez não se lançasse em novos empreendimentos – cujo risco é desperdiçar os esforços. A conclusão mais importante sobre este aspecto é que as relações de proximidade são fundamentais quando os capitais econômicos são escassos (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007). Tal fato é uma constante na realidade da padaria, uma vez que o grupo ainda não

dispõe de um volume de capital suficiente para arcar com suas inúmeras necessidades.

O Programa Minas Sem Fome atua nesse empreendimento desde sua criação, em 2004 e, devido à sua forma de atuação participativa, passou a fazer parte da rede social da padaria. Com o apoio dessa política pública, os membros do grupo adquiriram conhecimentos administrativos por meio do acompanhamento da EMATER, sendo que a mesma já foi contemplada com equipamentos e uma nova sede com vistas ao atendimento de todas as exigências legais. Essa ação é uma parceria entre vários atores sociais, em que a prefeitura, via Associação do Córrego Fundo, forneceu ao grupo o material para construção da referida sede, enquanto que o terreno foi uma doação da comunidade; os equipamentos e as capacitações são contrapartidas do PMSF, e a mão-de-obra para a construção é de responsabilidade do grupo.

Com base no exposto, considera-se que, no caso concreto da padaria artesanal “Mãos de Fibra”, o PMSF tem buscado conciliar o processo de gestão com a realidade dos beneficiários, por meio de um sistema de assistência participativa, em que, além de oferecer capacitações aos produtores rurais, busca potencializar os saberes locais das comunidades atendidas, incentivando o trabalho coletivo, a reciprocidade de ações e a ativação das redes de convivência grupal. Essa forma de trabalho permitiu constatar o diferencial do PMSF em comparação com outros programas governamentais que visam à erradicação da pobreza.

As mudanças ocorridas no grupo familiar, após a inserção na padaria artesanal, estiveram associadas a aspectos qualitativos, tais como: acesso ao conhecimento, melhoria do padrão de consumo e do espaço relacional.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

Nesse sentido, é possível inferir que o PMSF contribuiu tanto para a construção de empoderamento do grupo pesquisado, quanto para a qualidade de vida do sistema familiar.

Um aspecto muito importante para esse resultado, evidenciado ao longo do estudo, refere-se ao empenho dos gestores do programa em tornar as ações desenvolvidas em empreendimentos sustentáveis, ou seja, não apenas fornecer insumos aos beneficiários, mas, sobretudo capacitá-los para que possam gerir sozinhos os seus empreendimentos, com vistas à promoção da uma economia local pautada em conhecimentos técnicos, preservação ambiental e reciprocidade de ações, uma vez que a congregação desses três fatores é imprescindível para a permanência e desenvolvimento dessas ações.

Ao mapear e visualizar o processo de implementação da padaria, dentro de um contexto de políticas públicas, percebeu-se, assim, a existência da complementaridade e similaridade, ao incorporar as bases de um programa que respeita e valoriza o indivíduo dentro de sua cultura, território e valores. Esse respeito e valorização do indivíduo no seu espaço relacional contribuem para a construção do empoderamento, que pode ser entendido como um processo intersubjetivo que demanda o desenvolvimento e a participação dos cidadãos em redes de relações comunicativas com os outros.

As redes sociais estão presentes tanto nos ambientes mais institucionalizados, onde debates públicos envolvem uma maior pluralidade de sujeitos e grupos, quanto nos ambientes de convivência cotidiana, nos quais essas pessoas tendem a trocar perspectivas sobre seus dilemas mais prementes, seja na família, com os vizinhos, em associações de bairro, em reuniões entre amigos, em trabalhos em grupo, etc.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

Os benefícios do programa são aplicados ao grupo de forma participativa e com vistas à solução dos entraves decorrentes, principalmente, da falta de experiência administrativa do grupo; além de outros inerentes ao processo de consolidação da agroindústria. Há uma correlação positiva entre o período de atuação na padaria e o empoderamento, ou seja, na medida em que os membros do grupo adquirem experiência e tempo de trabalho na agroindústria há um desenvolvimento de suas capacidades e, com isso, se tornam mais independentes e autônomos.

Os entrevistados percebem como significativos os benefícios sociais alcançados, destacando-se principalmente aqueles associados aos aspectos psicossociais, como a aprendizagem, autoestima, amizade, alegria e companheirismo. Esses fatores, agregados e/ou individualmente, proporcionam aos indivíduos maior capacidade de relacionamento, confiança e segurança pessoal, levando a um maior crescimento como seres humanos, com maior capacidade para enfrentar as adversidades da vida e obter sucesso em atividades grupais (VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008).

Os fatores elencados contribuem para a visão de mundo dos sujeitos no que tange a vários aspectos, dentre eles a sua própria qualidade de vida. Os sujeitos afirmaram que qualidade de vida é ter acesso a todos os direitos do ser humano, dignidade, boa alimentação, além de saúde, alegria e, também, em alguns casos, segurança financeira.

No que se refere à contribuição do PMSF, por meio da padaria artesanal, na melhoria da qualidade de vida do grupo, foi unânime a prerrogativa de contribuição, sendo elencados vários fatos, como: desenvolvimento de laços de amizade e maior relacionamento com a comunidade; aprendizado em empreendedorismo, melhoria da renda e

alimentação, acesso a outras oportunidades, saúde e autoestima.

Isso mostra que os membros da padaria obtêm nas atividades produtivas elementos necessários à melhoria de sua qualidade de vida, muitos deles adquiridos com o auxílio do PMSF, como a disponibilização de recursos humanos e materiais para a sobrevivência da instituição e para que o local seja propício à realização das atividades, propiciando ao grupo mecanismos de entrosamento e criação de redes sociais, importantes elementos para a efetivação da qualidade de vida desse público.

## **CONCLUSÕES**

A evolução dos enfoques acerca da pobreza passa de uma concepção unidimensional para multidimensional. É um fenômeno complexo, multifacetário e multicausal, produto da combinação de fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. É um processo e não somente uma condição, resultante da relação e interações entre distintos indivíduos/grupos, que competem por recursos em uma sociedade, em função de suas liberdades substantivas e instrumentais.

A pobreza e os "pobres" constituem um grupo heterogêneo, cujas especificidades, modos de vida e sociabilidades irão influenciar as conexões com o meio ambiente, que também não é homogêneo, não somente pelas particularidades e capacidades dos ecossistemas, mas também porque é formado por indivíduos/ famílias, que atuam e transformam esse espaço vivido e construído, de acordo com os padrões de produção e de consumo.

Nesse cenário, pode-se concluir que as políticas de combate à pobreza devem considerar tanto as necessidades imediatas dos diferentes arranjos familiares e a dimensão

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.*

de suas redes sociais, quanto devem perceber e vivenciar os programas e ações sociais como direito universal, isto é, como direito de cidadania. Isso envolve considerar a pobreza como fenômeno contextual, relacional e político, que requer enfrentamentos e estratégias diversificadas, por meio de metodologias participativas, respeitando-se a realidade cotidiana do público-alvo, levando-se em consideração práticas de intervenção inter-setoriais e as especificidades territoriais locais.

As prerrogativas elencadas ao longo do estudo permitiram concluir que o PMSF, diferentemente das inúmeras políticas públicas de cunho social, não se mostra como uma política centralizada e “de cima para baixo”; pelo contrário, tanto os conhecimentos quanto a definição de recursos, embora partam de um nível hierárquico superior, comunica-se com os beneficiários finais, construindo, nesse sentido, formas conjuntas de promoção de segurança alimentar e do fornecimento à população beneficiária de meios eficazes de se alcançar fatores considerados importantes para o empoderamento e melhoria da qualidade de vida.

O PMSF apresenta objetivos e metas compatíveis com as necessidades locais dos sujeitos, mostrando que a geração de ocupação e renda e a autonomia na produção são imprescindíveis para o alcance da segurança alimentar, além de ajudarem no fortalecimento da solidariedade e das formas organizativas, tornando os sujeitos mais capacitados em termos técnicos e mais autônomos no que tange ao trabalho e à vida social. Além dos ganhos financeiros, que se mostram decisivos para a consolidação da padaria, os maiores ganhos percebidos pelos beneficiários do programa estão associados aos aspectos psicossociais, como o incremento do aprendizado, das relações interpessoais e do bem estar emocional, que

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

fazem com que a atividade não seja apenas uma alternativa para a obtenção de trabalho e renda, mas uma forma de empoderamento, por meio da produção, conhecimento, aprimoramento das habilidades, elevação da autoestima e integração social.

A organização da padaria artesanal sob a ótica da economia solidária possibilita a realização de parcerias que reduzem os intermediários e aproxima os diferentes atores entre si, de forma integrada, com apoio de organizações públicas e privadas no processo – basicamente o governo estadual, com o PMSF.

Em relação às redes sociais que apoiam esse empreendimento, conclui-se que as mesmas, por meio da promoção tanto da coesão social quanto das conexões e integração social, fornecem suporte que os membros necessitam para realizar o bem-viver de cada um, com vistas à diversificação da produção, melhoria do padrão de consumo e do espaço relacional.

Desse modo, constata-se que políticas públicas sociais pautadas em dimensões abrangentes, que priorizem o bem-estar dos indivíduos e o alcance de suas necessidades mais imediatas, como é o caso da fome, se configuram como meios importantes de promoção da segurança alimentar, construção do empoderamento e melhoria da qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª edição. São Paulo. SP. Editora PUC, 2007.

AMARAL, V. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**. Disponível em: <

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.*

[http://www.rits.org.br/redes\\_teste.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste.cfm)>. Acessado em 12/04/2010.

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p.159-193.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2ª edição. Rio de Janeiro. RJ. Editora Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Programa Minas Sem Fome**. (Cartilha). 2004. 36p Disponível em: <[www.mda.org.br](http://www.mda.org.br)>. Acesso em: 26/03/2010

BRIGGS, X.de S. Ties that Bind, Bridge and Constrain: Social Capital and Segregation in the American Metropolis In: **Seminário Internacional Segregation in the City**, Cambridge, Lincoln Institute for Land Policy, julho de 2001.

BRITTO, L. de A. **Bolsa Família e as múltiplas faces da pobreza: econômica, social e política**. Dissertação de mestrado em Serviço Social. PUC. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007

CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. D. Exclusão social e políticas públicas: algumas reflexões a partir das experiências descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, 2003.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. (A Era da informação: Economia, Sociedade e cultura, vol. 1). 10ª edição. São Paulo, SP. Editora Paz e Terra, 2007.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

EMATER. **Minas Sem Fome Ajuda Pequenos Produtores a Agregar Valor**. Disponível em: <<http://www.EMATERmg.gov.br>>. Acesso em: 26/03/2010 .

FAZITO, D.; SOARES, W. **Análise das Redes de Migração Interna no Brasil (1986-1991): aspectos macroestruturais**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>. Acessado em: 12/04/2010

FREITAS, R. C. M; NUCCI, B. N. Política de Combate à Pobreza e Atendimento à Família: das promessas às (in)certezas. In: **FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER**. Florianópolis. 25 a 28 de agosto de 2008.

FURTADO, A.; VALE M. J. **A dimensão conceitual das metodologias de trabalho social com famílias**. Texto didático. Curso Atendimento Integral à Família. Contagem-MG: Instituto Aleixo, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. Cadernos CEDOPE, n. 15, 1999. (Série Movimentos Sociais e Cultura).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas de população – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/estimativa2011>>. Acesso em : 24/05/2016.

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.*

LEITE, S. HEREDIA, B. MEDEIROS, L. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Editora UNESP, IICA/NEAD, 2004. 392p.

LIMA, M. C. Raízes da Miséria no Brasil: da Senzala à Favela. In: LIMA JR.; ZETTERSTROM, L. (Org.). **Extrema pobreza no Brasil:** a situação do direito à alimentação e moradia adequada. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 11-50.

LORETO, M.das D.S.de; SOUZA, J.M.M.de; CUNHA, B.G. Reforma Agrária e Redes Sociais na Situação Concreta do Assentamento Cuiabá, Canindé do São Francisco-SE. In: **IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais – Assentamentos Rurais: Controvérsias e Alternativas de desenvolvimento.** Centro Universitário UNIARA, Araraquara/SP, junho 2010.

MARQUES, E.C.L. As Redes Sociais Importam para a Pobreza Urbana? **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 2, p. 471 a 505, 2009

\_\_\_\_\_. **Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2009.

MARTINHO, Cássio. **Algumas palavras sobre rede.** Disponível em: <  
[http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_fev2006.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2006.cfm)>.  
Acessado em 12/03/2010

MIOTO, R. C. T.. Família e Serviço Social: Contribuições para o debate. IN: **Revista de Serviço Social & Sociedade**, nº 55. São Paulo: Cortez, 1997. p. 114-130  
***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.***

PAVEZ, T.R. **Políticas Públicas e Ampliação de Capital Social em Comunidades Segregadas: O Programa Santo André Mais Igual**. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

POLICY RESEARCH INITIATIVE. Social Capital as a Public Policy Tool. Briefing Note. Canadá, September 2005. Disponível em < <http://www.policyresearch.gc.ca>> Acessado em maio de 2010.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica** Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>. Acesso em 19/04/2010.

RADOMSKY, G. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 104-136.

RADOMSKY, G. SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**. v. 22, n. 2, p. 249-284, 2007.

RIBAS, F. **Rede: uma idéia transformadora e uma estratégia para o desenvolvimento social**. Disponível em <http://prattein.publier.com.br/texto.asp?id=18>> Acesso em 08/03/2010

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 244p

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.*

SCHWARTZ, E. NOGUEIRA, V.M.R. O “se igual” ou “não igual” na sociedade contemporânea- Facetas da Exclusão social. **Katálisis**. n.4, p.75-87, 1999

SILVA, J. G., BELIK, W., TAKAGI, M. **Para os críticos do Fome Zero**. Disponível em: <[www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)>. Acesso em: 08/05/2010

SOARES, R. B. **Pobreza, segregação e redes sociais: um estudo sobre o impacto da remoção dos moradores da favela Guinle, Guarulhos/SP**. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2008.

TAKAGI, M. **A Implantação de Políticas da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus Limites e Desafios**. 2006. 214 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas. 2006.

VERSCHOORE, J. R., BALESTRIN, A. **"Fatores relevantes para o estabelecimento de redes de cooperação entre empresas do Rio Grande do Sul."** Revista de Administração de Empresas 12.4 (2008): 1043-1069.

Wolf, Eric. **"Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México."** Contribuições de Eric R. Wolf (2003): 73-91.